



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013
(do Sr. Fernando Franciscini)

Requer que seja convocado o Sr. Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República para expor acerca das denúncias de suposta ajuda à ONG envolvida nos desvios de dinheiro público junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Exmo. Sr. Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República para expor acerca das denúncias de suposta ajuda à ONG envolvida nos desvios de dinheiro público junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

JUSTIFICAÇÃO

Mais uma vez o Governo entra em colapso por seus gestores. Outra vez o envolvido é o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, pasta comandada por Manoel Dias, do PDT. Porém, dessa vez, o escândalo respingou em outro Ministro,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

o Sr. Gilberto Carvalho, Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Notícias indicam suposto desvio de verbas públicas por contratos celebrados com Organizações Não Governamentais – ONG's. São irregularidades nos repasses de recursos e nos diversos procedimentos exigidos por lei que, em tese, caracterizam o crime de corrupção e improbidade administrativa.

Denota-se, com grande preocupação, que o governo da Presidente Dilma Rousseff tem sido marcado por escândalos de corrupção e desvio de dinheiro público que envolvem empresas, funcionários públicos e até mesmo o primeiro escalão das principais estruturas governamentais.

Veja matéria publicada no sitio do Jornal O Globo, cujo título é ***“PF prende oito pessoas suspeitas de fraude no Ministério d Trabalho”***. Veja íntegra da matéria:

PF prende oito pessoas
suspeitas de fraude
no Ministério do Trabalho





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

SÃO PAULO e BRASÍLIA - A Polícia Federal (PF) prendeu oito pessoas nesta terça-feira, incluindo um assessor do Ministério do Trabalho, durante uma operação que apura irregularidades no repasse de até R\$ 47,5 milhões do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador (Ceat). A ONG possui 12 unidades em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na operação batizada de “Pronto Emprego”, Gleide Santos Costa foi preso com cerca de R\$ 30 mil de propina num hotel de São Paulo. Costa é assessor da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Ao longo da tarde, um servidor do ministério chegou a informar que Costa era da assessoria da Secretaria-Executiva. No início da noite, o ministério corrigiu a informação.

Segundo o delegado Rodrigo Sanfurgo, responsável pela operação, o assessor chegou a São Paulo na segunda-feira de manhã, vindo de Brasília. À tarde, visitou uma unidade da ONG, localizada na Zona Sul paulistana, onde recebeu o dinheiro. Em seguida, foi para o hotel.

O assessor, segundo delegados da PF, foi responsável por assinar convênios entre o Ceat e o Ministério do Trabalho. A ONG é a que mais recebe verba do ministério para manter centros de qualificação profissional — ao todo, desde 2009, recebeu cerca de R\$ 47,5 milhões do Ministério do Trabalho.

A PF não sabe ainda o valor exato da quantia desviada.

A presidente do Ceat, Jorgette Maria de Oliveira, também foi presa. A PF realizou buscas na casa dela, em São Paulo, encontrando carros de luxo das marcas Audi e Land Rover, que foram apreendidos. A diretoria da Ceat estava comprando mercadorias da China, que seriam revendidas numa loja da rua 25 de Março, para, segundo investigadores, lavar o dinheiro.

Segundo o delegado da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros (Delefin), da PF, a investigação não é um desdobramento das irregularidades que derrubaram o ex-ministro Carlos Lupi (PDT), demitido em dezembro de 2011. A PF ainda não encontrou vínculos entre partidos, embora Jorgette tenha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

sido filiada ao PDT: ela foi uma das fundadoras do partido no Rio. O PDT controla a pasta.

O Ministério do Trabalho anunciou na noite desta terça-feira o afastamento do assessor Gleide Santos Costa. Em nota, o ministério informa que vai abrir investigação interna para apurar o suposto envolvimento do ex-assessor da secretaria de Políticas Públicas de Emprego. O ministério diz ainda que foram suspensos os repasses para a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador e que "está cooperando com todas as investigações da Polícia Federal que dizem respeito ao órgão".

Além de na unidade da ONG em São Paulo, a PF fez buscas no Ministério de Trabalho em Brasília. A Polícia Federal constatou o desvio dos recursos públicos e lavagem de dinheiro desde a concessão de verbas, passando pelo direcionamento das contratações, inexecução de contratos, doações fictícias e simulações de prestações de serviço até a reinserção do dinheiro ao sistema econômico-financeiro.

Foram cumpridos 38 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, todos expedidos pela Justiça Federal de São Paulo. A operação contou com a participação de 150 policiais federais e dois auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), que teria constatado irregularidades na prestação de contas do Ceat. Os presos responderão por quatro crimes: corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e peculato. Somadas, as penas podem chegar a 37 anos.

Fundada em 2002, a Ceat se define como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) "que se tornou uma referência na inclusão socioproductiva e no resgate da autoestima do trabalhador".

"A organização surgiu em função da necessidade de enfrentar um cenário dramático de desemprego no Brasil, em particular, na região metropolitana de São Paulo", diz o site da ONG. "Desde sua inauguração, em 2002, já atendeu mais de um milhão de trabalhadores em condição de desemprego."



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

A Ceat não se manifestou publicamente sobre o ocorrido.

Não bastasse o Ministério do Trabalho e Emprego está envolvido em mais um escândalo, mais uma denúncia vem à tona, dessa vez envolvendo o Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho.

Notícias publicadas no portal R7 denotam que a ONG envolvida no escândalo indicava Gilberto Carvalho como seu interlocutor junto ao Ministério ora denunciado, demonstrando um verdadeiro estreitamento de laço entre a ONG e o Ministro.

Veja matéria publicada no sitio R7, cujo título é ***“Quadrilha que atuava no Ministério do Trabalho pediu ajuda a Gilberto Carvalho”***:

Quadrilha que atuava no Ministério do Trabalho pediu ajuda a Gilberto Carvalho

Ministro da Secretaria-Geral da
Presidência era tratado pelo bando
como 'interlocutor' na pasta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC



Ministro recebeu envolvidos em gabinete, segundo relatório da PF
Valter Campanato/05.09.2013/ABr

A organização criminosa que desviou R\$ 18 milhões de um convênio com o Ministério do Trabalho buscou apoio e incentivo do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, para tentar obter aditamentos e novos repasses de verbas para o Ceat (Centro de Atendimento ao Trabalhador), ONG que teria se transformado no reduto da quadrilha.

Relatório da Operação Pronto Emprego, da Polícia Federal, deflagrada dia 3 em São Paulo, revela que o ministro era tratado pela quadrilha como seu "interlocutor" na pasta do Trabalho. Interceptações telefônicas mostram que, em maio, o grupo estava preocupado com perda de espaço no ministério e com uma divisão na cúpula da pasta. "Gilberto Carvalho irá resolver isso", diz Jorgette Maria Oliveira, presidente da ONG, em ligação gravada.

Carvalho recebeu em seu gabinete muitas vezes padre Lício de Araújo Vale, a quem a PF atribui papel destacado na quadrilha, "articulador dos constantes aditamentos irregulares junto ao Ministério do Trabalho".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Ministro diz que fez recomendação a pedido de cardeais

Leia mais notícias de Brasil e Política

Outros dois personagens centrais da trama foram recebidos por Carvalho — Jorgette e o advogado Alessandro Rodrigues Vieira, diretor jurídico da ONG.

O relatório da PF — 192 páginas com fotos, organogramas e planilhas da evolução patrimonial dos investigados - descreve os movimentos da organização e o assédio sobre o ministro. Na página 82 do documento, há o seguinte trecho: "É bastante comum a dupla (Vieira e Padre Lício) ir a Brasília para tratar da renovação junto a funcionários de alto escalão do Ministério do Trabalho e da Secretaria-Geral da Presidência da República".

A ONG foi criada pela Arquidiocese de São Paulo, em 2002. Depois, desvinculou-se da Cúria e virou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público para capacitação de trabalhadores. Em 2008, firmou convênio com o Ministério do Trabalho.

O escoadouro do dinheiro público, diz a PF, se deu por meio de aditamentos. Nessa fase a organização pediu colaboração de Carvalho e corrompeu assessores do Trabalho — Gleide Santos Costa, da Secretaria de Políticas Públicas do ministério, foi preso em flagrante com R\$ 30 mil que recebera de Jorgette.

Grampo de 20 de maio, 11h43, pegou Jorgette e Gleide. Ela diz que irá a uma reunião no gabinete de Carvalho. Às 12h42, Jorgette conversa com Alessandro Vieira. Ele conta que se encontrou com o secretário executivo do Trabalho, Paulo Roberto dos Santos - que caiu na Operação Esopo -, e que este pediu a Gleide que providenciasse a renovação do convênio. Vieira diz que "seria melhor ganhar a simpatia do ministro Manoel Dias (Trabalho) por intermédio de Gilberto Carvalho".



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Vieira diz que Paulo Roberto seria "o 'gatilho' do ex-ministro Carlos Lupi dentro do Ministério do Trabalho". A PF diz que padre Lício é "sacerdote e empresário, sócio do Centro Brasil do Trabalho, que não existe de fato, e recebeu R\$ 1,26 milhão do Ceat, recursos desviados por meio de prestação de serviços fictícios".

Diante do retro exposto, a convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento e fiscalização das ações do Poder Executivo, além de dar a oportunidade do Ministro explicar o que houve de fato, bem como a veracidade das denúncias veiculadas.

Sala das Sessões, em de de 2013

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI